

SENTENÇA ESTRANGEIRA CONTESTADA Nº 12.520 - IR (2014/0222495-8)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
REQUERENTE : S M T F
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO : M R F
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL

EMENTA

HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA. REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ. DIVÓRCIO. REQUISITOS PREENCHIDOS. PEDIDO DEFERIDO.

DECISÃO

Trata-se de pedido de homologação de sentença estrangeira proferido pela Justiça do Irã, que decretou o divórcio consensual do casal SUELY MAYUMI TAKEMOTO FARAHBAKHS e MOHAMMAD REZA FARAHBAKHS.

O Requerido MOHAMMAD REZA FARAHBAKHS, por se encontrar em local incerto e não sabido, foi citado por edital, conforme despacho de fl. 120.

A Defensoria Pública da União, na qualidade de CURADORA ESPECIAL, apresentou contestação (fls. 130-134), alegando:

(i) em preliminar, nulidade da citação por edital, tendo em vista que "*as dificuldades quanto à tradução da Carta Rogatória para o idioma farsi não se enquadram em nenhuma das hipóteses de citação por edital prevista no art. 256 do CPC, em especial aquela prevista no § 1º do mesmo artigo, pois não houve verdadeira negativa de cumprimento à carta rogatória*" (fl. 131);

(ii) "*não existem elementos nos autos que indicam que a autoridade Iraniana tinha competência para julgamento da demanda*" (fl. 132);

(iii) "*apesar da alegação contida na petição inicial, de que se tratou de divórcio consensual, nenhum dos documentos juntados aos autos trouxe qualquer elemento que pudesse confirmar tal caráter*" (fl. 132);

(iv) não há comprovação da regularidade da citação no processo de origem;

(v) "*se sequer é possível ter certeza de que o documento escrito em língua persa, e sobre o qual não foi feita tradução, é realmente uma sentença de divórcio,*

então também não é possível verificar que há indícios de existência de sentença brasileira transitada em julgado sobre as mesmas questões" (fl. 133);

(vi) *"a requerente não juntou a devida tradução para a língua portuguesa da sentença originalmente redigida em língua persa"* (fl. 133), além de não constar a devida chancela consular ou apostila do mencionado documento;

(vii) *"inviabilizada a análise dos termos da sentença estrangeira ante à falta de sua tradução, também não foi possível verificar se ela contém ofensa à ordem pública e, pois, não está cumprido o presente requisito"* (fls. 133-134).

Não foi oferecida réplica pela Requerente (certidão de fl. 149).

O Ministério Público Federal ofereceu parecer (fls. 156-161), opinando pela homologação da sentença estrangeira, consoante a seguinte ementa:

"Sentença Estrangeira. Divórcio consensual. Citação por edital. Nulidade. Inocorrência. Confirmação da dissolução do vínculo conjugal por autoridade consular da Embaixada do Irã. Possibilidade. Trânsito em julgado. Presunção. Tradução do idioma persa (farsi) para o inglês e, posteriormente, para o português. Ausência de tradutor juramentado do vernáculo farsi no País. Excepcionalidade que não pode ser imputada à requerente. Homologação no Brasil. Demais requisitos atendidos. Precedentes dessa Egrégia Corte.

Parecer pelo deferimento do pedido de homologação da sentença estrangeira."

É o relatório.

Decido.

Preliminarmente, a Defensoria Pública da União alega nulidade da citação do Requerido por edital, em virtude de a carta rogatória não ter sido regularmente expedida por ausência de tradução.

Não lhe assiste razão, contudo. Compulsando os documentos de fls. 41, 59, 75-76, 83-84, 86, 89 e 91, vê-se que a citação do Requerido por carta rogatória resultou infrutífera por circunstâncias não imputáveis à Requerente: primeiro, não se localizou, no Brasil, tradutor juramentado do idioma persa (farsi); em seguida, não houve sucesso em obter a tradução para a língua portuguesa quer da sentença estrangeira (consta dos autos certidão de divórcio em inglês, traduzida posteriormente para o português), quer da carta rogatória para citação do Requerido, apesar de expedidos diversos ofícios para a Embaixada da República Islâmica do Irã sediada no Brasil, todos

sem resposta.

Portanto, uma vez infrutífera a tentativa de citação por carta rogatória, é válida a citação editalícia do Requerido, conforme já decidiu essa Egrégia Corte:

"DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO. PROCESSUAL CIVIL. HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA. DIVÓRCIO CONSENSUAL. PRELIMINAR DE NULIDADE. CITAÇÃO. TENTATIVA POR MEIO DE CARTA ROGATÓRIA. CITAÇÃO POR EDITAL. LICITUDE. PRECEDENTES. REQUISITOS ATENDIDOS. DEFERIMENTO.

1. Pedido de homologação de sentença estrangeira de divórcio consensual. É trazida preliminar de nulidade pela curadoria especial em relação à citação por edital, pois argumenta que deveria ter havido mais comprovação de tentativas de localização da parte requerente.

2. **Está devidamente comprovada, no caso, a tentativa infrutífera de citação por carta rogatória (fls. 134-368), que deu ensejo à citação por edital. A jurisprudência do STJ tem se firmado no sentido de se rejeitar tal preliminar de nulidade se for evidenciada ativa tentativa de localização da parte contrária, sendo lícita a citação por edital, prevista nos arts. 231 e 232 do Código de Processo Civil. Precedentes: SEC 9.386/EX, Rel. Ministro Raul Araújo, Corte Especial, DJe 18.2.2015; SEC 2.845/EX, Rel. Ministro Gilson Dipp, Corte especial, DJe 26.6.2013.**

3. Estando atendidos os requisitos da Resolução STJ n. 9/2005, bem como nos arts. 15 e 16 da LINDB (Decreto-Lei n. 4.657/1942), deve ser deferida a homologação.

Pedido de homologação deferido." (SEC 7.804/EX, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, julgado em 06/05/2015, DJe 25/05/2015; sem grifos no original.)

Também não prospera a dúvida levantada acerca da competência da autoridade iraniana para julgar a causa, tampouco o caráter consensual do divórcio. Conforme bem anotado no douto parecer ministerial, "*não há prova de que a competência jurisdicional da autoridade iraniana tenha sido questionada, mas, ao contrário, a declaração expedida pela Seção Consular da Embaixada da República Islâmica do Irã à fl. (e-STJ) 20 atesta a legitimidade da dissolução do vínculo conjugal, enquanto a certidão de divórcio traduzida do inglês para o idioma pátrio às fls. (e-STJ) 62/66 noticia que a requerente, à época da separação, residia no endereço do esposo. Tal certidão menciona, inclusive, que foi o próprio requerido o autor do pedido de divórcio, sem qualquer oposição da parte requerente, do que decorre ser razoável considerar consensual o rompimento do vínculo.*"

De fato, de todas as circunstâncias da ação de divórcio acima anotadas

pelo parecer ministerial, notadamente o fato de ter sido o próprio Requerido o autor do pedido perante a autoridade de seu domicílio, à época, o mesmo da Requerida, levam à razoável conclusão da competência da autoridade procurada e do consenso acerca do divórcio.

Em hipótese semelhante, a Corte Especial decidiu nesses termos:

"PROCESSUAL CIVIL. SENTENÇA ESTRANGEIRA CONTESTADA. DIVÓRCIO. CITAÇÃO EDITALÍCIA. NATURAL DISTANCIAMENTO ENTRE OS EX-CÔNJUGES. RESIDÊNCIA EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO. CITAÇÃO VÁLIDA. INCOMPETÊNCIA DA AUTORIDADE ESPANHOLA. INOCORRÊNCIA. ELEMENTOS QUE CONDUZEM A CONCLUSÃO DE QUE OS CÔNJUGES RESIDIAM NA ESPANHA. AUSÊNCIA, ADEMAIS, DE PREJUÍZO NA HIPÓTESE. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DOS ARTS. 963 DO CPC/15 E 216-C, 216-D E 216-F DO RISTJ.

1- O propósito da presente ação é obter a homologação de sentença proferida pelo Poder Judiciário da Espanha que decretou o divórcio contencioso entre os litigantes.

2- É válida a citação editalícia quando não se tenha ciência do local em que o requerido poderá ser atualmente encontrado, sobretudo, em se tratando de dissolução do vínculo conjugal, quando transcorrido lapso temporal razoável a partir do qual se permita inferir a veracidade da afirmação do requerente. Precedentes.

3- Não há que se falar em sentença proferida por autoridade incompetente quando existem indícios de que as partes viveram no país em que proferida a sentença, não houve declaração de incompetência pela autoridade estrangeira e, ainda, quando a ação de divórcio foi ajuizada na Espanha pelo próprio requerido, que seria o eventual prejudicado por nulidade a que teria dado causa.

4- Preenchidos os requisitos para a homologação, na forma dos arts. 963 do CPC/15 e 216-C, 216-D e 216-F do RISTJ, não há óbice à homologação da sentença estrangeira de divórcio.

5- Pedido de homologação de sentença estrangeira julgado procedente." (SEC 14.038/EX, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, CORTE ESPECIAL, julgado em 07/03/2018, DJe 23/03/2018; sem grifo no original.)

Não há falar, ademais, em falta de comprovação da regularidade da citação no processo de origem, na medida em que a ação foi de iniciativa do Requerido (fl. 62).

No mais, diante da inexistência de tradutor do idioma *farsi* para o português, aliada à falta de resposta da Embaixada da República Islâmica do Irã sobre as

solicitações de tradução formuladas por esta Corte e pelo Ministério das Relações Exteriores, é razoável considerar como válida e suficiente a declaração de divórcio expedida no idioma pátrio pela Embaixada iraniana (fl. 20), conteúdo reafirmado pela certificação de divórcio devidamente traduzida da língua inglesa para o português por tradutor juramentado (fl. 21 e fls. 62-66), com chancela consular (fl. 22).

Embora não conste da documentação juntada certidão expressa, o trânsito em julgado da sentença homologada pode ser inferido pela característica do procedimento de divórcio consensual, conforme tem reiteradamente decidido esta Corte Especial. Confira-se:

"HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA. DINAMARCA. DIVÓRCIO. REQUISITOS PREENCHIDOS. PEDIDO DEFERIDO.

1. Embora não conste da documentação juntada certidão expressa, o trânsito em julgado da sentença homologanda pode ser inferido pelas características do procedimento de divórcio consensual, conforme tem reiteradamente decidido esta Corte Especial, v.g.: SEC 352/US, Rel. Ministro NILSON NAVES, DJ de 19/03/2007; AgRg na SE 3731/FR, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, DJe de 01/03/2010; SEC 3535/IT, Rel. Ministra LAURITA VAZ, DJe de 16/02/2011; SEC 6.512/EX, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, DJe 25/03/2013; e SEC 7.746/EX, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, DJe de 29/05/2013.

2. Não há se questionar a legalidade da citação ocorrida na Dinamarca, segundo as leis do país, que certificou o regular cumprimento da carta rogatória. Nesse sentido: AgRg na SE 2583/NL, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, DJe de 29/06/2010; e SEC 3897/EX, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, DJe de 01/07/2011; e SEC 3341/EX, Rel. Ministra LAURITA VAZ, DJe de 29/06/2012.

3. Restaram atendidos os requisitos regimentais com a constatação da regularidade da citação para processo julgado por autoridade competente, cuja sentença, transitada em julgado, foi autenticada pela autoridade consular brasileira e traduzida por profissional juramentado no Brasil, com o preenchimento das demais formalidades legais.

4. Pedido de homologação deferido. Custas ex lege. Condenação do Requerido ao pagamento dos honorários advocatícios." (SEC 7658/EX, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, julgado em 18/12/2013, DJe 06/02/2014.)

Por fim, o fato de haver ou não processo no Brasil para tratar do mesmo assunto (divórcio) não obsta a homologação pretendida. A propósito, tem decidido esta

Corte que *"a competência internacional concorrente, prevista no art. 88, III, do Código de Processo Civil de 1973, não induz a litispendência, podendo a Justiça estrangeira julgar igualmente os casos a ela submetidos. Eventual concorrência entre sentença proferida pelo Judiciário brasileiro e a sentença estrangeira homologada pelo STJ, sobre a mesma questão, deve ser resolvida pela prevalência da que transitar em julgado em primeiro lugar. Ademais, ainda que se analisasse o presente pedido de homologação à luz do Código de Processo Civil de 2015, este também trata a matéria como de competência internacional concorrente, conforme previsão do art. 21, III, mantida, no art. 24, a regra segundo a qual a ação proposta perante tribunal estrangeiro "não induz litispendência e não obsta a que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas, ressalvadas as disposições em contrário de tratados internacionais e acordos bilaterais em vigor no Brasil"* (SEC 16.121/EX, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/05/2019, DJe 27/05/2019).

Ante o exposto, DEFIRO o pedido de homologação da sentença de divórcio em tela para que produza seus legais efeitos no Brasil.

Sem custas, fixo os honorários advocatícios em R\$1.000,00 (mil reais), a cargo do Requerido.

Publique-se apenas a ementa. Intimem-se.

Brasília - DF, 16 de abril de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora